



Futuro do Porto de Santos

Notícias da regionalização ou privatização da gestão do Porto de Santos e os projetos de revitalização de áreas portuárias estão sendo debatidos em todos os setores da cidade.

Mesmo com a atual crise econômico-financeira, sem embargo dos "ventos novos que se aproximam", nosso porto de Santos não tem deixado de crescer nos últimos tempos, mantendo-se como responsável por mais de um quarto das movimentações portuárias no País. Em 2018, o Porto de Santos movimentou 133,1 milhões de toneladas, mais um recorde histórico.

Se o porto vai suportar esse crescimento é dúvida que atormenta há vários anos a maioria das autoridades e empresários ligados às atividades portuárias, bem como nossa Comissão Permanente de Assuntos Portuários e Marítimos da Câmara Municipal de Santos, a qual tive a honra de presidir por quatro anos.

Por isso, me preocupa ouvir do governador João Dória defendendo e solicitando a privatização do Porto de Santos ao Presidente Jair Bolsonaro.

Trabalho no comércio exterior há mais de 50 anos, e me recordo que, em 2002, discutiu-se bastante a regionalização da Codesp, que passaria a ser administrada pelo governo do Estado com a participação dos municípios de Santos, Guarujá e Cubatão. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no cená-



rio político, a ideia acabou descartada e a direção dos portos brasileiros continuou funcionando como moeda de troca no jogo político-partidário. Agora, anuncia-se esse novo caminho como se privatização fosse sinônimo de eficiência. Não é, a meu ver, o caminho mais viável e a solução mais prática, sem dúvida.

Seja como for, o que se espera é que, se essa solução de privatização total for viabilizada, deveria ser acompanhada por grandes investimentos em novas áreas retroportuárias em Santos e região, ainda que as áreas disponíveis não sejam muitas, e também avanços no mar, como já ocorreu em outros portos do mundo, além do aumento da extensão do cais e a construção de melhores acessos às ferrovias e rodovias etc.

Isso sem contar, como se veicula na mídia a respeito de eventual unificação entre ANTT e Antaq, principalmente se considerar que, atualmente, expressiva parcela dos investimentos em portos tem como origem empresas internacionais. Logo, a intervenção nas Agências resul-

tará em insegurança jurídica e regulatória com o afastamento destes investidores internacionais tão necessários.

Logo, com o devido respeito aos que defendem a simples privatização dos Portos no Brasil, em especial do nosso Porto de Santos, entendo que neste momento o fundamental seja que se proceda ao início da descentralização da gestão portuária, isto é, no caso do Porto de Santos, ocorra a tão debatida Regionalização.

Assim, na qualidade de Vereador eleito acredito que para defesa de nossa cidade, dos nossos trabalhadores e do nosso Porto, devam acontecer discussões com todos os envolvidos para que não ocorra uma decisão governamental unilateral. Reitero que, na minha opinião, especificamente para o Porto de Santos, o melhor caminho seria a regionalização.

Pretendo conduzir uma delegação de parlamentares de Santos e das cidades da Baixada Santista para nos reunirmos com o governador João Dória e o Ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas para debatermos a exaustão o tema a fim de expor as preocupações que essa decisão pode ocorrer na cidade. Não se pode entender que um porto que bate recordes históricos anualmente precise de privatização para solucionar os problemas.



DocuSign Envelope ID: 0B6DB2AA-FAE0-41B9-9887-7A47F59E7793

» **Cidades**

diariodolitoral.com.br **A3**
QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2019

VEREADOR. Sadao Nakai irá fazer uma vistoria após ser surpreendido pela informação que recebeu na audiência

Prefeitura de Santos começa obras no TPPS

» A Prefeitura de Santos deu início ao trabalho de limpeza do Centro de Atividades Turísticas (CAT) na área do Terminal Público Pesqueiro de Santos (TPPS). A empreiteira contratada começou a atuar nesta semana com dois tratores e instalou manilhas para o serviço escoamento de águas pluviais. Paralelamente, engenheiros do Grupo Mendes estão iniciando os trabalhos para a instalação do novo Mercado de Peixe, que será construído na Avenida Mário Covas, 3.058, bem na esquina com a Rua Amélia Leuchtenberg, próximo à Vila Sapo.

O gestor do TPPS, Milton da Silva Lamas, informou ontem que os cerca de 20 armadores de pesca,

O secretário adjunto Glaucus Farinello disse que as obras são relacionadas à preparação para mudanças do sistema viária da Ponta da Praia, inseridas em um dos Nides

que operam no terminal, estudam denunciar o início das obras ao Ministério Público (MP) ou entrar com um mandado de segurança para frear os trabalhos. "Pois tudo está sendo fei-

to sem autorização e sem que todos os procedimentos – audiências, estudos e permissões – sejam realizados e concluídos", afirma. Informado na audiência e surpreso com o início prematuro das obras, o vereador Sadao Nakai (PSDB), que presidiu os trabalhos, disse ontem ao Diário que iria hoje ao TPPS, com uma comissão de parlamentares, para saber porque as obras foram iniciadas sem que os questionamentos fossem todos respondidos.

Ontem, por telefone, o secretário adjunto de Desenvolvimento, Glaucus Farinello, disse que as obras são relacionadas à preparação para mudanças do sistema viário da Ponta da Praia, in-



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Terreno está sendo preparado pela Prefeitura e deverá ser um dos acessos viários dentro do projeto

seridas em um dos núcleos de Intervenção e Diretrizes Estratégicas (NIDES), previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), usada pelo Grupo Mendes, que promoverá ampliações de vias em troca da permissão de construção de prédios

na parte detrás dos clubes, por intermédio de uma cessão onerosa ao Grupo.

Vale lembrar que o Projeto da Nova Ponta da Praia engloba além de um novo centro de convenções, a construção do novo mercado de peixe, reforma da Pon-

te Edgard Perdigão e outras obras, que somam R\$ 130 milhões em investimentos do Grupo Mendes. O atual centro de convenções do Grupo vai ser alugado para quatro redes lojistas, amparado por outra NIDE. **(Carlos Rattton)**

Audiência apontou algumas dúvidas dos participantes

Vereadores e mais de 100 pessoas que compareceram ao encontro questionaram a Administração de Santos

» Na audiência realizada na Câmara, não só foi apontada a falta de informação e de audiências públicas, como trâmites não realizados, como a consulta ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Conselho do TPPS. A vereadora Telma de Souza, por exemplo, falou do atraso da realização do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). "Não ocorreu antecipadamente e é grave. Quero propor mais audiências porque o assunto é complexo. Além disso, o projeto não foi passado aos vereadores de forma clara pela Prefeitura", disse a ex-prefeita.

A vereadora Audrey Kleys (Progressistas) lamentou a não convocação dos vereadores para a construção coletiva do Projeto da Nova Ponta da Praia e cobrou qual seriam as garantias (instrumento legal) dadas à Administração pelo empreendedor (Mendes) relacionadas a possível não conclusão das obras, além de como a Prefeitura irá administrar e promover a manutenção do novo centro de convenções. "Os equipamentos são importantes, porém, não podemos esquecer os que já existem e que estão passando por situação difícil em termos

de manutenção. Como vai ficar essa conta para o Município?", perguntou Audrey. Os representantes da Prefeitura de Santos, secretário de Governo, Rogério Santos, e o adjunto de Desenvolvimento, Glaucus Farinello, insistiram que a Administração deu total transparência no processo, com audiências e reuniões periódicas com moradores, comerciantes e empreendedores da Ponta da Praia, além de um encontro com os vereadores santistas, ocorrido no Paço Municipal, para apresentação e levantamento de dúvidas sobre o projeto.



RODRIGO MONTALDI/DIÁRIO DO LITORAL

Audrey mostrou preocupação com garantias e como a Prefeitura irá promover a manutenção do novo centro de convenções

Explicaram que mudança na LUOS foi um avanço e vantajosa para o Município, pois a NIDE da Ponta da Praia, que só permitia que a área fosse para fins turísticos, agora, permite a construção de prédios na parte detrás dos clubes, em troca de uma cessão

onerosa ao Grupo Mendes de pouco mais de R\$ 43 milhões convertidos em obras viárias, que vão melhorar a fluxo de veículos e não irão interferir na travessia das balsas. Além disso, garantem que o prédio do TPPS não está contemplado no CAT. **(Carlos Rattton)**